



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Bolsista do CNPq - Brasil, e-mail: victoralencar.uae@gmail.com

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora Titular do Departamento de Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Pesquisadora do CNPq, e-mail: hsmcosta@ufmg.br

Uma exploração demográfica sobre urbanização e agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Introdução

Os contextos metropolitanos trazem uma série de dinâmicas sócio-espaciais¹, devido a um processo de intensa urbanização inicialmente concentrado e cada vez mais disperso, que trazem desafios para a compreensão das desigualdades sociais, injustiças socioambientais e processos assimétricos de poder e econômico. De forma geral, as metrópoles brasileiras vivenciam uma concentração e diversidade de atividades econômicas – com uma complexidade de setores, arranjos espaciais, alto nível de capital, de tecnologia e de formas organizativas – ao mesmo tempo que a concentração da população e da pobreza persiste nas últimas décadas, assim como a informalidade em suas diversas expressões – econômicas e territoriais. Essa combinação entre concentração da riqueza e pobreza nas metrópoles inclui em suas dinâmicas uma série de desastres, impactos e conflitos ambientais, trazendo para o debate sobre a urbanização questões importantes sobre a natureza, recursos ambientais e bens comuns.

¹A utilização do termo “sócio-espacial” se fundamenta na dialética entre as relações sociais e espaciais, compreendidas de forma indissociável, mesmo que apresentem especificidades em suas categorias de análise.

Na RMBH, atualmente composta por 34 municípios e outros 16 que compõem o que é definido como Colar Metropolitano, é possível notar uma série de dinâmicas que, em sua maioria, fazem convergir a atuação do Estado e do capital no processo de crescimento urbano, industrialização e incorporação dos municípios às dinâmicas de metropolização. Conforme diagnóstico do recente Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, esses processos consolidaram uma segregação e desigualdade sócio-espacial marcante na estrutura da metrópole; uma deterioração e precarização da mobilidade; um agravamento dos conflitos e impactos entre os diferentes usos e formas de ocupação do solo (urbanos e rurais); um crescente comprometimento dos recursos naturais; e uma descentralização relativa dos investimentos privados no território metropolitano (UFMG, 2014).

RMBH e Colar Metropolitano

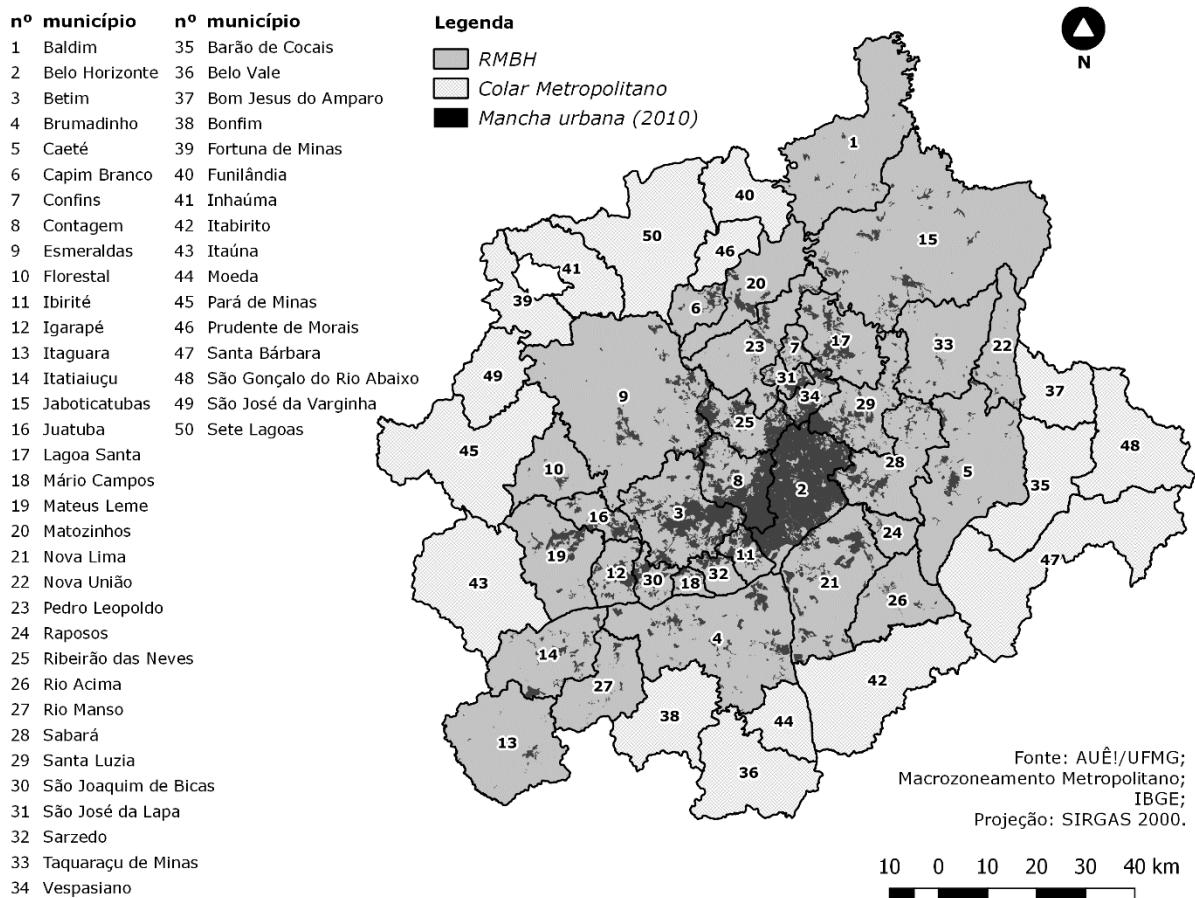


Figura 1 – RMBH e Colar Metropolitano. Elaboração: grupo AUÊ! /UFMG, 2020.

Neste contexto, a atividade agropecuária e, consequentemente a produção de alimentos, se insere nas dinâmicas de segregação e desigualdade sócio-espacial da metrópole e configura um setor de invisibilidade e baixo investimento, decorrentes da precarização das políticas

públicas, do intenso processo de valorização da terra, da escassez oriunda das mudanças ambientais e do comprometimento dos recursos naturais (principalmente as águas), dentre outros processos. Por outro lado, as articulações de grupos e atores sociais e as diversas práticas, experiências e iniciativas de agricultura na RMBH mostram caminhos importantes para a superação de diversos conflitos e também outras formas de relações em sociedade e com a terra, centradas na solidariedade, no cooperativismo, na sustentabilidade, na equidade e na valorização cultural.

Parte da aparente invisibilidade e baixo investimento no setor agropecuário na RMBH pode ser explicada pela lacuna e desarticulação de dados e informações, pela ausência de estudos e pesquisas mais estruturadas e sistematizadas, além da dificuldade de realização de leituras mais próximas das realidades vividas pelos sujeitos da agricultura neste território, impactando negativamente a estruturação de políticas públicas e ações de articulações sociais. Este trabalho pretende contribuir para superar estas questões ao explorar conceitualmente algumas limitações de definições de rural e urbano, bem como mostrar alguns dados e informações sobre a agricultura na RMBH.

Ampliando o debate: *agriculturas na metrópole*

O artigo “Buscando uma demografia da agricultura urbana na RMBH: primeiras aproximações” (ALMEIDA et al., 2014), apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais de 2014, discute algumas formulações acerca de urbano e rural, do ponto de vista conceitual e legal. O artigo destaca a insuficiência da delimitação legal das zonas urbana e rural a partir do perímetro urbano, este configura uma linha imaginária definida por legislação municipal, que orienta normas de parcelamento e uso do solo específicas e a definição de diferentes tributos territoriais vinculados a instâncias diferentes de governo (federal e municipal). Tal definição de perímetro guia muitas políticas públicas, o planejamento municipal, assim como pesquisas econômicas e populacionais, como o Censo Demográfico (IBGE). Como desde então não houve alterações em relação à definição legal de áreas urbanas e rurais, para avançar nos estudos e pesquisas, cabe buscar outros referenciais teórico-metodológicos de compreensão das realidades dos sujeitos e dos espaços da agricultura.

Lefebvre (2008) é referência teórico-conceitual importante para o debate sobre a urbanização, ao enfatizar o movimento dialético entre o espaço e as relações sociais, argumentando que os processos econômicos, culturais e políticos têm suas espacialidade própria e, desta forma, considera o espaço uma instância ativa nos processos sociais e não

apenas uma base material que abriga essas dinâmicas (ALMEIDA et. al, 2014). Observa-se um deslocamento do foco das preocupações sobre as contradições cidade e campo, o qual valoriza o processo mais amplo, rico, profundo e dialético: a “urbanização da sociedade”, induzido pelo processo de industrialização e pelo “desenvolvimento do mundo da mercadoria” (MARTINS, prefácio de LEFEBVRE, 2008).

As transformações ocorridas no Brasil de intensa industrialização e urbanização, além da chamada modernização da agricultura, coloca as distinções entre campo e cidade, urbano e rural, cada vez mais difusas no país. Nas cidades e as respectivas regiões que se transformaram em metrópoles, essa distinção fica ainda mais complexa. Segundo Monte-Mór (1994), a metrópole vem se expandindo não apenas sobre as regiões circunvizinhas, mas também sobre as periferias distantes, criando padrões e externalidades que se impõem, fazendo-se sentir em todo o espaço nacional - a metrópole brasileira tem repercussões e rebatimentos até mesmo na distante fronteira agrícola. O rural, tomado no seu sentido campestre, rústico, cultural, das práticas e saberes, evidentemente continua existindo. “É o sentido do que chamamos de roça, a simplicidade da autonomia em oposição à sofisticação da vida citadina; a ruralidade em oposição à urbanidade” (MONTE-MÓR, 2004, p.17). Essa concepção de urbano inclui as ruralidades, que podem ser vistas na relação dos sujeitos com suas pequenas produções de quintais ou em hortas comunitárias, nas áreas formais e informais, nas favelas e crescentemente nas ocupações urbanas organizadas para acesso à terra e moradia. De outro lado, a monocultura e o chamado agronegócio evidenciam a industrialização e a crescente financeirização do campo e do rural, estabelecendo um padrão insustentável de alimentação para a população que desafia princípios de segurança e soberania alimentar. Entretanto tal temática, embora profundamente articulada ao debate proposto, não será tratada neste momento.

Vale destacar que as reflexões apresentadas em Almeida et. al, 2014, estavam voltadas para a compreensão do conceito de Agricultura Urbana², de forma a ampliar o entendimento do “urbano” para além da associação direta com os espaços e incorpora dinâmicas sociais, econômicas e políticas que os sujeitos envolvidos e compreendidos neste conceito estão inseridos. As autoras partem do estranhamento à princípio entre os termos “agricultura” e “urbano” e mostram a difusa e difícil compreensão da relação entre ruralidades e urbanidades

² A agricultura urbana é conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos. Essas atividades estão vinculadas às dinâmicas urbanas e das regiões metropolitanas, e se orienta pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero e por processos participativos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007).

no mundo contemporâneo. Nesta direção, busca-se compreender a aproximação deste campo com o da Agricultura Familiar³ na metrópole, apontando divergências, intersecções e complementações entre esses campos. A ampliação do olhar para além das práticas e iniciativas de agricultura urbana, abrangendo a agricultura familiar e outras práticas agrícolas, parte do esforço acadêmico de uma maior compreensão das perspectivas que estas práticas apontam para a produção do espaço metropolitano e diferentes interações com o processo de urbanização na contemporaneidade.

A partir da interação da Agricultura Familiar com as dinâmicas urbanas e as transformações vivenciadas no meio rural, pode-se identificar a inserção desse grupo de agricultoras e agricultores à vida urbana, seja através das estratégias que auxiliam na sua reprodução social, ou até mesmo na localização das suas unidades produtivas. A noção de pluriatividade, que consiste, entre outros aspectos, na venda da força de trabalho de parte da população envolvida com a agricultura para setores de atividades tipicamente urbanas, como o trabalho na construção civil e/ou no setor terciário, ajuda a compreender que essa interação conforma uma importante estratégia de manutenção da agricultura familiar, por proporcionar versatilidade e flexibilidade frente ao avanço do capitalismo e das transformações dos espaços rurais (SCHNEIDER, 2009). Em relação à localização das unidades produtivas, em muitas situações, agricultoras/es familiares se encontram muito próximas ou até mesmo inseridas nas zonas urbanas e/ou em meio a mancha urbana, fazendo surgir novas proposições e adjetivações, como o da *agricultura familiar urbana*, o que colabora para a complexificação dos debates em torno das dicotomias.

Tendo isso como base, e a partir de intensa pesquisa empírica de identificação e contato com agricultoras/es em contextos sócio-espaciais variados na RMBH (sejam eles urbanos e/ou rurais na definição tradicional), vem se construindo uma abordagem teórico-metodológico para lidar com as questões complexas de definições entre rural e urbano ao olhar para as experiências e iniciativas de agricultura – sejam elas consideradas agricultura urbana e/ou agricultura familiar. Nesta abordagem utiliza-se o termo *agriculturas* para evidenciar a heterogeneidade e a riqueza das práticas e iniciativas, além de mostrar caminhos diversos de apropriação, uso e produção dos espaços na metrópole. As iniciativas sociais (individuais,

³ Compreende-se por Agricultura Familiar, somada às definições da Lei nº 11.326/2006, o conjunto de agricultoras e agricultores, que a partir das formas de ocupação do espaço, das tradições acumuladas e das identidades, fazem do meio rural, em sua maioria, seu lugar de reprodução da vida. As distintas atividades, autônomas ou combinadas entre si, evidenciam que a Agricultura Familiar são pequenas/os ou médios agricultoras/es; os/as assentados/as dos projetos de reforma agrária; trabalhadores/as assalariados/as que permanecem residindo no campo; povos da floresta; as comunidades de fundo de pasto; trabalhadores/as dos rios e mares; e ainda comunidades indígenas e quilombolas (WANDERLEY, 2009).

familiares, coletivas e empresariais), em quintais urbanos, pequenos sítios, grandes fazendas, espaços coletivos, quilombos, assentamentos e acampamentos da reforma agrária, ocupações urbanas, dentre outros espaços, vem interagindo com diferentes dinâmicas de uso e ocupação do solo (áreas com predominância agropecuária, áreas de condomínios residenciais, regiões minerárias, áreas de preservação ambiental, dentre outras). Assim, *agriculturas* representa uma abordagem que tem como base as diversas situações sócio-espaciais na RMBH e incorpora os conflitos relacionados aos modelos de produção que orientam as práticas e iniciativas, tendo como perspectiva o fortalecimento de produtoras/es através dos princípios da agroecologia⁴. Nesse sentido, a heterogeneidade também se relaciona com as diferentes formas de produção, de comercialização e outras dimensões relacionadas à atividade agropecuária.

Essa abordagem tem se mostrado de forma rica para olhar a agricultura na RMBH, mas encontra diversos desafios em termos metodológicos, como o diálogo e a compatibilização dos dados das fontes oficiais, assim como dos estudos em curso. Parte desse desafio será apresentado a seguir, com um breve panorama da população e dos espaços das *agriculturas* na RMBH. Em seguida, apresenta-se a experiência de modos de fazer estudos e pesquisas sobre agriculturas, a partir do trabalho “Caracterização e Mapeamento das agriculturas na RMBH” do Grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

Informações sobre a população e espaços das agriculturas na RMBH

Para uma aproximação com os dados das fontes oficiais sobre as agriculturas, sua população e seus espaços na RMBH, foram selecionadas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico de 2010 e Censo Agropecuário de 2017. Sem a pretensão de esgotar todas as informações disponibilizadas, serão identificadas algumas lacunas e desarticulações metodológicas, assim como o necessário aprofundamento conceitual.

A RMBH, em seu conjunto de municípios, possuía em 2010 cerca de 4.883.970,00 de habitantes, sendo 1,9% da população classificada como rural. Notoriamente, grande parte da

⁴A agroecologia pode ser compreendida como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2020). O enfoque agroecológico deve ser entendido como um conjunto de princípios, conceitos e metodologias que orientam a construção de um novo paradigma para a agricultura, e também para a sociedade, incorporando um conjunto de modos de fazer e viver que possam ser experimentadas em diferentes contextos.

população se encontra em áreas consideradas urbanas⁵. O IBGE adota como referência para essa caracterização a localização dos habitantes de acordo com o perímetro urbano, conformando uma fragilidade na utilização deste dado. Alguns municípios da RMBH, como o caso de Vespasiano, o perímetro urbano coincide com os limites municipais e todo o território municipal é considerado urbano e, consequentemente, não apresenta população rural pelo IBGE (mesmo que existam áreas não ocupadas por formas de usos urbanos). Neste município se encontram 35 estabelecimentos agropecuários, ocupando cerca de 11,5% da área total municipal – de acordo com o Censo Agropecuário de 2017.

É importante ressaltar que o IBGE tem buscado avançar em suas pesquisas não considerando apenas as definições do zoneamento municipal. O IBGE lista oito situações possíveis de classificação de setores censitários a partir de aspectos morfológicos das áreas, a quantidade de domicílios e a distância entre as habitações em determinado setor censitário (IBGE, 2017). Os setores contidos no perímetro urbano subdivididos em: área urbana; área não urbanizada de cidade ou vila; e área urbana isolada. Aqueles externos ao perímetro são classificados como: aglomerado rural de extensão urbana; povoado; núcleo; lugarejo; e área rural. Merecem destaque as categorias “área não urbanizada de cidade ou vila” e “área rural de extensão urbana”, sendo a primeira aquela que, embora legalmente urbana, apresenta ocupação eminentemente rural. Já a área rural de extensão urbana se constitui como uma ocupação com características urbanas que está situada fora do perímetro urbano municipal. Essas definições tratam-se de uma classificação fundamentalmente operacional e estão sujeitas a atualizações periódicas em seus critérios que deem conta da realidade de maneira mais adequada, uma vez que não superou a divisão territorial pelo perímetro.

Cabe esclarecer que a classificação rural e urbana não diz diretamente sobre as ocupações das populações, não podendo ser utilizada para uma associação direta com a atividade agropecuária. Nesse sentido, o IBGE traz um conjunto de dados sobre os grandes grupos de ocupação e subgrupos, dos quais um especificamente se refere à agropecuária: grupo “Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca”. Segundo Costa et al (2013), este grupo possuía 34.391 pessoas em 2010, representando apenas 1,4% da população ocupada com 10 anos ou mais da RMBH. Deste total de pessoas, 68,1% estão localizadas em áreas consideradas urbanas (zonas urbanas), indicando que, mesmo que esta não seja uma especialidade urbana, estes trabalhadores desempenham suas atividades: “i) em ambientes

⁵Em 2019, a partir da estimativa do IBGE, a RMBH possuía 5.353.580,00 de habitantes – mais de um milhão de pessoas se comparado com 2010. Entretanto, a classificação entre população urbana e rural ainda não foi atualizada.

diferentes da sua situação de domicílio; ii) em ambientes de produção rural determinados na pesquisa censitária como urbanos” (COSTA et al, 2013, p. 114).

Por outro lado, Costa et al (2013) apresentam a diversidade de ocupações da população considera rural na RMBH, associadas a atividades tipicamente urbanas, como: trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (11,1%); e trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércio de mercados (11,0%). Os autores apontam que para avançar as análises destes dados, é necessário outro tipo de pesquisa, com profundidade, especializada e desenvolvida a partir de dados primários.

Em relação ao Censo Agropecuário de 2017, os dados trazem características dos estabelecimentos agropecuários (como tipologia, existência de energia elétrica, condição do produtor em relação às terras, dentre outras), da agroindústria rural (como os quantitativos de produção, venda e valor de comercialização), dos produtores (como condição legal, escolaridade e sexo do produtor) e da produção (da extração vegetal, floricultura, horticultura, lavouras permanentes e temporárias, dentre outros). Os dados relativos à população e espaço trazem uma perspectiva mais geral da atividade agropecuária na RMBH, mesmo que apresentem limitações em termos de caracterização dos produtores/as (os dados são apresentados a partir do quantitativo de estabelecimentos agropecuários, e não por número de pessoas).

Na RMBH, em 2017, existiam cerca de 8.523 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 344.707,00 hectares (cerca de 36,39% da extensão territorial metropolitana). Em 2006, segundo o Censo Agropecuário, existiam cerca de 7.672 estabelecimentos, ocupando 36,7% da área total da RMBH. A comparação entre os dados dos dois anos indica que a atividade agropecuária praticamente manteve sua área em mais de uma década, mesmo que o número de estabelecimentos tenha aumentado. O entendimento mais profundo das razões e conformações destes números no território demandam uma grande imersão em cada contexto.

Dentre os estabelecimentos pesquisados pelo Censo Agropecuário de 2017, 57,62% dos responsáveis residem no próprio estabelecimento; 82,56% comercializam, trocam ou doam sua produção, mas apenas 30,14% possuem a atividade desenvolvida no estabelecimento como principal fonte de renda. De forma geral, esses dados mostram que boa parte do território metropolitano ainda é ocupado pela atividade agropecuária, mesmo que tenha um número significativo de estabelecimentos que não configuram local de moradia. Por outro lado, apesar de grande parte dos estabelecimentos comercializarem sua produção, existe uma discrepância em relação à fonte de renda principal dos estabelecimentos oriunda dessa atividade.

Evidentemente, cada um desses dados merece um aprofundamento de estudos e pesquisas para compreender as definições teórico-metodológicas do censo e quais leituras da realidade eles apontam. O dado sobre a principal fonte de renda, por exemplo, abre um campo de investigação sobre os motivos pelos quais a atividade agropecuária, em sua maioria, não conforma a principal renda dos/as produtores/as na RMBH, que remete à noção da pluriatividade – combinações entre atividades consideradas urbanas e rurais. Sabe-se que nas regiões metropolitanas a urbanização e a industrialização foi, e ainda é, um processo que transforma a base econômica e a fonte de riquezas e recursos, fazendo com que grande parte da população adquira sua principal fonte de renda a partir das atividades ditas urbanas (comércio e serviços, setor industrial, dentre outros). Entretanto, é necessário um maior aprofundamento sobre a autodeclaração dos produtores/as em relação a essas e outras questões oriundas do Censo Agropecuário.

Além das lacunas e fragilidades dos dados e fontes oficiais de acordo com as metodologias utilizadas, é importante destacar as diferentes temporalidades que impedem traçar comparativos entre o Censo Demográfico (2010) e o Censo Agropecuário (2017), por exemplo. Somado a isso, essas fontes ainda não trazem uma caracterização clara entre as diferentes formas e modelos de produção agropecuária (agroecológica ou não), e nem um aprofundamento relacionado ao conjunto de práticas e iniciativas da Agricultura Urbana⁶. Assim, a necessidade de validação e completação das informações com atores locais se faz necessária. Neste sentido, o grupo AUÊ! tem uma trajetória de pesquisa na RMBH, com parcerias importantes, a fim de oferecer subsídios para a construção de ações coletivas mais estruturadas, sejam elas de iniciativa da sociedade civil (e suas articulações), assim como oriundas do Estado.

Caracterização e Mapeamento das Agriculturas na RMBH

A atividade de Caracterização e Mapeamento das Agriculturas na RMBH é um dos eixos estruturantes do grupo AUÊ!⁷, que busca aproximar as temáticas da agricultura urbana,

⁶ A definição do público-alvo pelo Censo Agropecuário exclui os quintais de residências e as hortas domésticas de sua investigação – a qual na publicação referente aos resultados definitivos (IBGE, 2019) é abordada como unidades não recenseáveis.

⁷Essa atividade tem sido reforçada pelo envolvimento do grupo com processos de planejamento metropolitano e projetos de pesquisa e extensão. Atualmente, a Caracterização e Mapeamento tem como objetivos principais identificar, compreender, visibilizar e promover debates sobre a diversidade de práticas e experiências presentes na RMBH. Busca-se consolidar uma base de dados e informações que fortaleça as iniciativas e experiências de agricultura neste território; subsidiar políticas públicas; incluir a temática no planejamento metropolitano, regional e municipal; auxiliar ações de organizações sociais, incluindo processos compartilhados de formação e educação, consolidando o diálogo com diferentes atores, acadêmicos, técnicos e populares.

agricultura familiar e da agroecologia com diferentes campos de investigação e de estudos. Com sua equipe multidisciplinar, o grupo tem experimentado e acumulado formas de fazer pesquisa que busquem convergir diferentes olhares para as agriculturas na RMBH. A atividade de caracterizar e mapear as agriculturas teve início no ano de 2013 a partir de uma parceria com a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU⁸), em busca de compreender as experiências e iniciativas integrantes da articulação. A partir deste trabalho, foram evidenciadas diversas indefinições no campo teórico-metodológico.

A abordagem teórico-conceitual se aprofunda na medida em que se articula campos que trabalham com a temática rural e urbano, campo e cidade, de forma não dicotômica, que compreendem o território metropolitano em sua totalidade, a partir do híbrido rural-urbano. Com essa abordagem aproxima-se de uma realidade metropolitana em que o território se mostra complexo a partir das diversas expressões e dinâmicas rurais e urbanas coexistindo (como as relacionadas à cultura, modos de vida, de trabalho, de lazer, de mobilidade, dentre outras). Busca-se dialogar com as definições legais e das políticas públicas, assim como com as leituras dos diversos sujeitos envolvidos com essa temática.

Outra abordagem teórica refere-se aos modelos de produção agropecuária, em que a agroecologia se torna um campo central de investigação para nortear transformações nos modelos produtivos, nas relações sociais e espaciais, compreendendo-a como um conjunto de princípios subsidiados pela ciência, pelo movimento social e pela diversidade de práticas. Por outro lado, se incorpora os desdobramentos do desenvolvimento do agronegócio e o conjunto de técnicas, formas organizativas do trabalho e impactos sociais, ambientais e econômicos relacionados a esse modelo, de forma crítica e propositiva em relação às transformações necessárias. Assim, se busca mostrar as complexas relações entre os modelos e os caminhos que eles apontam para o desenvolvimento sustentável do território metropolitano e o fortalecimento dos sujeitos envolvidos com as práticas e iniciativas de agricultura na RMBH.

Além desses dois conjuntos teórico-conceituais, acrescentam-se debates e pesquisas sobre a agricultura urbana e agricultura familiar, tendo como base os interesses, perspectivas e o desenvolvimento dessas práticas e iniciativas, assim como a interação com as questões urbanas e agrárias, que inclui as dimensões ambientais, sociais, políticas e econômicas. Além de definir esses dois campos, busca-se identificar as complementaridades, intersecções e

⁸A AMAU é um coletivo composto de agricultoras/es, representantes de grupos e associações comunitárias, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e redes envolvidos com as práticas de agricultura urbana na RMBH (ORNELAS, 2017).

confluências, à medida que a realidade e o cotidiano metropolitano mostram dinâmicas de proximidade.

Em diálogo com os estudos e aprofundamentos teórico-conceituais, o AUÊ! tem experimentado um conjunto de ferramentas e modos de fazer seus levantamentos de dados e informações. O levantamento em campo dos dados se ancoram principalmente na realização de visitas à unidades produtivas e/ou em espaços coletivos, como as sedes das associações, cooperativas, coletivos, dentre outros, onde se aplica um questionário e/ou realiza rodas de conversas, grupos focais ou outras metodologias participativas, além do georreferenciamento das informações. O conjunto de questões para levantamento e análise se estrutura atualmente em quatro blocos: *Quem?; Como?; Onde?; Por quê?*. Cada bloco e seu conjunto de variáveis possui suas questões orientadoras que, em seu conjunto, estrutura a caracterização e mapeamento. São elas:

- Quem são os sujeitos envolvidos com as práticas e iniciativas de agricultura na metrópole? Quais organizações, instituições, coletivos e outros sujeitos coletivos promovem a agroecologia e fortalecem as agriculturas na RMBH?
- Como as agriculturas se desenvolvem na RMBH, como é feita a produção e sua destinação? Quais são os modelos e as formas produtivas encontradas em cada experiência? Quais são os tipos de produtos? Qual a destinação da produção (autoconsumo, troca, doação ou comercialização)?
- Onde as agriculturas se localizam? Quais características dos espaços onde estão? Quais as formas de acesso à terra e manutenção do território? Quais dinâmicas territoriais estão inseridas?
- Por que os sujeitos se envolvem e desenvolvem a agricultura? Quais são as motivações e princípios de cada experiência e iniciativa?

A sistematização dos dados e informações tem gerado diversos produtos, como artigos, relatórios, folders, folhetos, cartilhas, livretos, mapas, diagramas, ilustrações, dentre outros, assim como criado espaços de debates sobre as agriculturas. Um dos produtos relevantes é o mapa síntese “Agriculturas na RMBH”, em que se encontram pontos das experiências mapeadas, as definições legais de rural e urbano e a mancha urbana. No total, até o momento, foram mais de 400 experiências e iniciativas mapeadas (ainda não corresponde a totalidade de experiências), contemplando 23 municípios, dentre elas agricultores/as familiares,

produtores/as em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, quintais, espaços de organizações não governamentais, coletivos, associações, escolas, equipamentos de saúde, espaço público, quilombos, ocupações urbanas, dentre outras iniciativas. Do ponto de vista da definição rural e urbana, pode-se perceber através da Figura 2 a localização das agriculturas em diferentes situações, as quais interagem com diferentes dinâmicas associadas ao uso e ocupação do solo metropolitano.

Agriculturas na RMBH

Pontos mapeados, mancha urbana e zonas urbanas

nº município

- 1 Baldim
- 2 Belo Horizonte
- 3 Betim
- 4 Brumadinho
- 5 Caeté
- 6 Capim Branco
- 7 Confins
- 8 Contagem
- 9 Esmeraldas
- 10 Florestal
- 11 Ibirité
- 12 Igarapé
- 13 Itaguara
- 14 Itatiaiuçu
- 15 Jaboticatubas
- 16 Juatuba
- 17 Lagoa Santa
- 18 Mário Campos
- 19 Mateus Leme
- 20 Matozinhos
- 21 Nova Lima
- 22 Nova União
- 23 Pedro Leopoldo
- 24 Raposos
- 25 Ribeirão das Neves
- 26 Rio Acima
- 27 Rio Manso
- 28 São José da Lapa
- 29 São Joaquim de Bicas
- 30 Sabará
- 31 Santa Luzia
- 32 Sarzedo
- 33 Taquaraçu de Minas
- 34 Vespasiano

Legenda

- Limite municipal
- Agriculturas mapeadas
- Mancha urbana (2010)
- Zonas urbanas

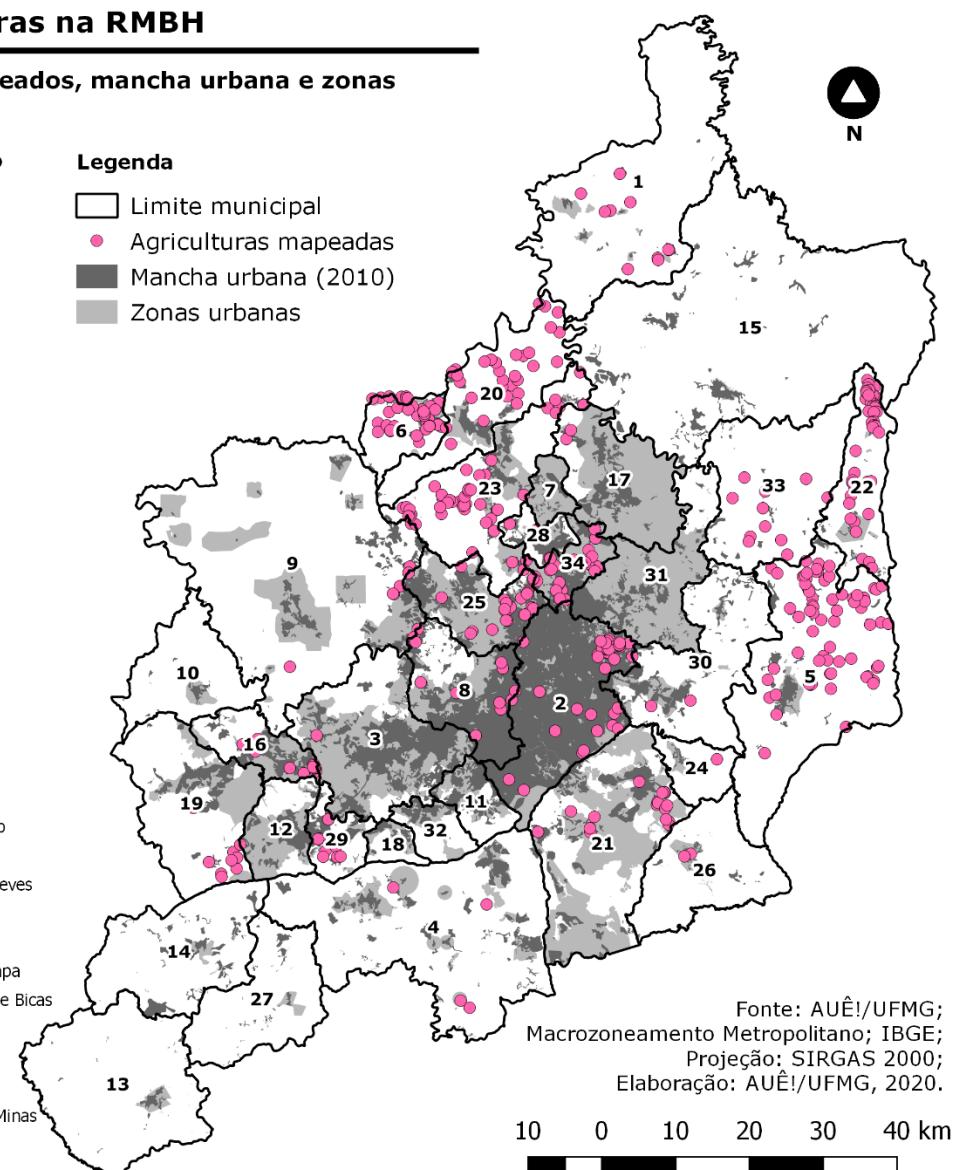


Figura 2 -Agriculturas na RMBH. Elaboração: grupo AUÊ! /UFMG, 2020.

Este mapa traz uma série de questões que abrem diferentes temas para investigação. Pode-se perceber os descompassos entre as zonas urbanas e a mancha urbana (áreas com predominância de habitações, infraestrutura urbana, loteamentos não ocupados, dentre outros

espaços que apresentam características da urbanização). Há uma expressiva quantidade de áreas inseridas nas zonas urbanas que apresentam características em termos de uso e ocupação relacionadas à atividade agropecuária, a áreas de preservação ambiental e outras com menos presença de habitações. Em alguns casos, como Vespasiano, Confins e Belo Horizonte, não há zonas rurais definidas. Em outros, como Santa Luzia, Lagoa Santa, Betim e Contagem, as zonas urbanas representam boa parte do território municipal. Entretanto, vale destacar também a expressiva quantidade de áreas definidas como zonas rurais – como pode ser visto nos municípios de Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Jaboticatubas, Caeté, dentre outros.

Em relação às agriculturas mapeadas, encontram-se em diferentes situações – na mancha urbana, nas zonas urbanas e rurais. Esta localização vai interagir com diferentes dinâmicas provocadas por estarem inseridas em zonas distintas, como em termos de proposição de uso e ocupação do solo, tributação, dentre outras. Pode-se perceber a expressiva quantidade de pontos mapeados nos municípios de Capim Branco, Pedro Leopoldo, Caeté, Nova União, Vespasiano, Ribeirão das Neves, dentre outros. Destaca-se também a região norte do município de Belo Horizonte, em que há uma área importante de interesse ambiental, mas também diversos loteamentos populares e ocupações urbanas. É importante ressaltar que não se pode aferir que nos municípios sem experiências mapeadas não há iniciativas. Há conhecimento da existência de diversas áreas de produção, mas ainda não foi possível realizar a caracterização e o mapeamento. Por exemplo, no município de Jaboticatubas há iniciativas de referência em agroecologia, como aquelas em contato com a Associação Amanu.

Este trabalho tem forte influência dos atores que o grupo estabelece contato, sendo parte importante a articulação e o diálogo com associações, instituições e grupos de atuação local e regional. A retroalimentação entre as dinâmicas de levantamento e o diálogo com as organizações tem aproximado as pesquisas com as realidades locais, assim como contribuído para processos organizativos das experiências. A exemplo, desde 2019, a caracterização tem contribuído para a organização dos integrantes da recém formada Associação Horizontes Agroecológicos⁹ – quem participa, onde estão localizados, quantas pessoas estão envolvidas na produção, quem assume funções e responsabilidades na associação, dentre outras questões estruturantes. Além disso, este trabalho em conjunto com as organizações tem reforçado a necessidade de se construir debates e discussões específicas sobre as diferentes metodologias

⁹ A Associação Horizontes Agroecológicos foi fundada em outubro de 2019, mas desde 2017 os sujeitos tem se articulado em torno da construção do Sistema Participativo de Garantia (um dos mecanismos reconhecidos pela legislação brasileira para o controle e regulamentação de produtos agropecuários orgânicos), que conta também com o apoio de diversas instituições. Atualmente participam da associação 96 produtoras/es, localizados em 22 municípios da RMBH, Colar Metropolitano e alguns municípios do entorno.

utilizadas pelas pesquisas oficiais, principalmente relacionadas à compatibilização dos dados. Em diversos momentos de apresentação dos resultados das pesquisas, se constatou a insuficiência e as lacunas desses dados, necessitando a complementação e validação por diferentes atores. Neste sentido, tem se construído uma ação conjunta de análise e sistematização das informações, principalmente com as instituições e organizações de atuação regional e metropolitana¹⁰.

Considerações Finais

O trabalho coletivo em torno da Caracterização e Mapeamento das Agriculturas na RMBH tem mostrado caminhos importantes para a compreensão da população envolvida com a atividade agropecuária, assim como seus espaços em contextos de urbanização. Sem a contínua articulação com as instituições, organizações, coletivos, grupos e outros sujeitos envolvidos com essa temática, o trabalho não teria conseguido caminhar tal como foi sua trajetória. Além da produção científica decorrente desse eixo, o trabalho desenvolvido pelo AUÊ! proporciona um maior diálogo entre a academia e a sociedade, assim como ações sociais e institucionais conjuntas e mais estruturadas.

Por outro lado, a demanda por maior investimento em torno desta atividade tem sido evidenciada ao longo dos últimos anos. Por mais que seja uma atividade permanente do grupo, com auxílio de projetos de iniciação científica, principalmente, ainda é necessário maior segurança em termos de recursos financeiros. A busca por agentes/agências financiadores, apoiadores/as e outras fontes de recursos, tem sido uma ação importante e desafiadora para o desenvolvimento desta atividade.

No momento atual, no contexto da pandemia global, algumas atividades do eixo foram interrompidas e outras adaptadas ao trabalho remoto. O que tem provocado diversos desafios em termos do trabalho. Por outro lado, tem conseguido se apropriar das ferramentas online, o que tem contribuído a aprimorar novas formas de se fazer pesquisa. Do ponto de vista das iniciativas e experiências, se percebe diferentes formas de adaptação ao contexto atual. A agroecologia, principalmente em seu caráter de movimento social, tem promovido diversos espaços de debates online e ações conjuntas de apoio aos agricultores/as. Tem tido um grande esforço de mobilização dos governos para apoio, mas também formas autogestionadas para

¹⁰ Destacam-se a Agência de Desenvolvimento da RMBH (parte da estrutura de governo do Estado de Minas Gerais), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), Rede Urbana de Agroecologia da RMBH (R.U.A. Metropolitana), Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a organização Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas (REDE) e outros grupos de pesquisa da UFMG, como o grupo Colmeia Solidária.

garantir a comercialização dos produtos. As plataformas digitais de compras de produtos tem sido cada vez mais expandidas e novas experiências de comercialização tem surgido – como compras coletivas de cestas, entregas em domicílio, dentre outras. Essas formas tem se revelado de suma importância em vários sentidos, principalmente criando as condições para prover a continuidade da produção, logo da sobrevivência e manutenção, dos/as agricultores/as e suas famílias.

Outro aspecto importante está relacionado aos aspectos da saúde e segurança alimentar e nutricional associados aos alimentos, sempre fundamentais, e em especial para os grupos, comunidades e indivíduos em momentos de saúde mais fragilizada. Há diversas iniciativas de articulações e movimentos sociais, incluindo as da agroecologia, de doações de alimentos para população em situação de vulnerabilidade. Isso provoca a pensar o caráter solidário e da capacidade de auto-organização das comunidades, assim como faz pensar sobre a problemática da fome que tem sido a cada dia evidenciada no Brasil.

O contexto pós-pandemia ainda se mostra como um cenário nebuloso, mas evidentemente traz novas questões para as abordagens metodológicas – tanto no âmbito das coletas e sistematizações, quanto a necessidade de incorporação de questões que ajudem a compreender as transformações causadas pela pandemia. Por outro lado, pode também trazer novas alternativas de organização da produção e da comercialização e distribuição dos alimentos em âmbito metropolitano.

Referências bibliográficas

- ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. Quem somos. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- ALMEIDA, D.A.O.; MARQUES, L.M.F.J.; MOURA, D.A.L.R.; COSTA, H.S.M. Buscando uma demografia da agricultura urbana na RMBH: primeiras aproximações. Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014.
- COSTA, G.M.; SANTOS, R.O.; COSTA, H.S.M. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. Revista Geografias - artigos científicos, Belo Horizonte, vol. 9, p. 1–16. 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos no Brasil: Uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, Brasília, 2019.
- LEFEBVRE, H. O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2008.

MONTE-MÓR, R.L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. in: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, 2004.

ORNELAS, G. M. Agroecologia e regiões metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH. Belo Horizonte, 2017.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte, 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, 2009.

UFMG. Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano (Produto 02). Belo Horizonte, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (ed.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33–46.